



Brasília-DF, 17 de setembro de 2026

CNTI encerra plenária de 80 anos com defesa do sindicalismo, transição justa e soberania

Último dia em Luziânia reuniu debates sobre custeio sindical, mudanças climáticas e IA, além de homenagens, posse da nova direção e aprovação da Carta de Luziânia



O terceiro e último dia da Plenária Nacional CNTI 80 Anos, na quinta-feira (17), foi marcado por debates sobre os desafios do sindicalismo diante das transformações no mundo do trabalho, pela discussão sobre transição energética e tecnológica e, no encerramento, por homenagens, posse da nova diretoria e decisões políticas da entidade.

Na parte da manhã, o painel "Direito, estrutura e sustentação sindical" discutiu as mudanças no Direito do Trabalho, o financiamento das entidades, o chamado antissindicalismo institucionalizado e as assimetrias na relação entre capital e trabalho.



O debate foi mediado por Walison Reis, professor e auditor independente da W2M Auditoria, com participação da advogada e procuradora do Trabalho

aposentada Elaine Nassif e do auditor-fiscal do Trabalho André Grandizoli, diretor do Departamento de Relações do Trabalho do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego).



Elaine Nassif chamou atenção para o que definiu como "sindicatofobia", expressão utilizada para caracterizar, segundo ela, "discussão odiosa, discriminatória, contra os sindicatos". Para a advogada, trata-se de "aversão social aos sindicatos e sindicalistas", intensificada a partir de 2013 e acompanhada, na avaliação dela, por campanhas de desinformação e pelo que classificou como "massacre midiático".



Ao abordar o financiamento sindical, Nassif afirmou que "não existe o direito de oposição, de lesar os outros", defendendo que a liberdade individual não deve ser utilizada para comprometer a sustentação da organização coletiva dos trabalhadores.

A discussão ocorreu no contexto das mudanças no custeio sindical e da jurisprudência recente. Em 2023, o Supremo Tribunal Federal fixou, no Tema 935, que é constitucional a contribuição assistencial estabelecida por acordo ou convenção coletiva, inclusive para não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.

Apoio:

ABDI
Agência Brasileira de
Desenvolvimento Industrial

PAMPLONA
ADVOCADOS

ZILMARA
ALENCAR
CONSULTORIA JURÍDICA

Juri
ativos judiciais

TURON
TECNOLOGIA



Brasília-DF, 17 de setembro de 2026

Grandizoli, por sua vez, tratou do registro sindical e dos processos envolvendo organizações de trabalhadores em tramitação no Ministério do Trabalho.

VERDADE, MENTIRA E DISPUTA DE NARRATIVAS

Ao tratar da disputa de ideias em torno do sindicalismo, o debate também recuperou a conhecida "Parábola da Verdade e da Mentira", segundo a qual a "Mentira" veste as roupas da "Verdade" e passa a circular com sua aparência, enquanto a "Verdade" permanece sem disfarces.

A metáfora foi utilizada para chamar atenção para a forma como discursos contra os sindicatos podem adquirir aparência de verdade quando repetidos sistematicamente. A reflexão serviu de contraponto à discussão sobre desinformação e criminalização da ação coletiva.

TRANSIÇÃO JUSTA E TRABALHO



O segundo painel da manhã discutiu "Transição justa: energética e ecológica", que abordou crise ambiental, mudanças climáticas, impactos territoriais, migrações, novas demandas energéticas e hídricas e os efeitos das tecnologias de inteligência artificial e tecnologia da informação no Sul Global.

A mesa foi mediada por Pedro Ivo, presidente da Associação Alternativa Terrazul e coordenador do Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais pelo Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Participaram Suzi Huff Theodoro, professora doutora da UnB e coordenadora do projeto de remineralizadores do CTE (Centro de Treinamento e Educação) da CNTI, e Clemente Ganz Lúcio, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais e enviado especial da Presidência da COP30 para Assuntos do Trabalho.

Clemente defendeu maior preparação do movimento sindical para enfrentar a agenda climática. "É preciso preparar quadros para debater a agenda climática", afirmou.

Ele também criticou a forma como o sindicalismo é retratado por parte da imprensa e defendeu a presença do movimento sindical no debate político. "O sindicalismo precisa sair das páginas policiais e ir para a página de política", disse.



No caso, o movimento sindical é em geral colocado pelos patrões e a grande mídia sindical nas páginas policiais, por preconceitos aflorados pela "sindicatofobia".

Ao relacionar democracia e organização dos trabalhadores, foi enfático: "Sem democracia não há sindicatos e tampouco sindicalismo." Para Clemente, o movimento sindical precisa estar preparado para enfrentar as mudanças econômicas, sociais e tecnológicas do século 21 e, ao mesmo tempo, dar maior atenção ao envelhecimento da população brasileira.

IA E FUTURO DO TRABALHO



Na parte da tarde, o debate se orientou para os impactos da Indústria 4.0, da automação avançada e

Apoio:





Brasília-DF, 17 de setembro de 2026

da inteligência artificial na reconfiguração do ambiente fabril.

Foram discutidas as bases industriais da IA, a dimensão geopolítica das capacidades produtivas, os marcos regulatórios brasileiros, as diretrizes internacionais da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a regulação algorítmica, o direito à desconexão e os riscos de desemprego estrutural.



O painel foi mediado por Leandro Cerqueira, assessor da Presidência da ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial), e contou com Cristina Akemi Shimoda Uechi, coordenadora-geral de Transformação Digital do MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação), e o professor doutor Joerg Nowak, do Irel (Instituto de Relações Internacionais) da UnB (Universidade de Brasília).



O debate reforçou a necessidade de que a transformação tecnológica seja acompanhada de regulação, qualificação profissional e participação dos trabalhadores na definição dos rumos da produção.

Após o almoço, os participantes se dividiram em grupos para discutir os temas da plenária. As conclusões foram posteriormente apresentadas ao conjunto dos delegados.

HOMENAGEM A CALIXTO E POSSE DA NOVA DIREÇÃO



O encerramento ganhou tom especialmente emotivo com a homenagem a José Calixto Ramos, histórico dirigente da CNTI. As filhas receberam placa em reconhecimento à trajetória do dirigente sindical e à contribuição que deixou para o movimento dos trabalhadores da indústria.



Na sequência, ocorreu a posse política da nova diretoria da CNTI, sob a presidência de José Reginaldo Inácio, com a entrega dos diplomas aos dirigentes.

O ato marcou formalmente a continuidade da direção da Confederação no ciclo em que a entidade celebra 8 décadas de existência e projeta atuação diante das transformações econômicas, tecnológicas e sociais.

Apoio:

ABDI
Agência Brasileira de
Desenvolvimento Industrial

P
PAMPLONA
ADVOGADOS

**ZILMARA
ALENCAR**
CONSULTORIA JURÍDICA

Juri
ativos judiciais

TURON
TECNOLOGIA



Brasília-DF, 17 de setembro de 2026

MOÇÃO DE APOIO A LULA



No encerramento, os delegados aprovaram, por unanimidade, *Moção de Apoio* ao presidente Lula (PT) e à reeleição do mandatário.

O documento, aprovado pela Plenária Nacional CNTI, defende “apoio total e irrestrito à reeleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva” e vincula essa posição à defesa, segundo o texto, da democracia, da soberania nacional, dos direitos sociais e de projeto de desenvolvimento baseado na indústria brasileira, no emprego decente, na valorização do produto e no conteúdo nacionais.

A decisão integra o conjunto de deliberações políticas da plenária e explicita a posição aprovada pela entidade para o processo eleitoral de 2026.

CARTA DE LUZIÂNIA ATUALIZA PLATAFORMA DA CNTI

Também foi aprovada a *Carta de Luziânia*¹, documento que procura atualizar as formulações da CNTI 10 anos depois da Carta de Brasília, aprovada em 2016.

O texto faz diagnóstico crítico das transformações ocorridas na última década e aponta como desafios a sustentação financeira das entidades, a defesa do Direito Coletivo do Trabalho, a precarização das relações laborais, os impactos da IA, a desinformação e as mudanças climáticas.

Entre as diretrizes apresentadas estão o fortalecimento da formação sindical e da educação popular, a atualização programática da entidade, a participação no debate eleitoral de 2026, a defesa de contrapartidas sociais para investimentos públicos na Indústria 4.0, a redução da jornada sem redução salarial, o direito à desconexão e políticas de igualdade de gênero, raça e renovação geracional.

A Carta também destaca iniciativas desenvolvidas pela CNTI, como a usina fotovoltaica e o Centro de Experimentação com Remineralizadores e Agroecologia Socioprodutiva instalado no CTE de Luziânia.

Ao encerrar os trabalhos, o documento reafirmou, segundo os próprios termos, o compromisso da CNTI com “democracia política, soberania nacional e justiça social”.

Realizada em Luziânia (GO), a Plenária Nacional CNTI 80 Anos reuniu 288 delegados e combinou balanço histórico, análise da conjuntura e formulação de diretrizes para o sindicalismo industrial diante das mudanças no mundo do trabalho perante os avanços tecnológicos nessa quase terceira década do século 21.

1 Leia resumo da Carta: Documento apresenta análise crítica da última década no Brasil, e destaca retrocessos, ameaças e propostas de resistência sindical e social.

Contexto e diagnóstico:

- Em 2016, a Carta de Brasília representou a defesa da classe trabalhadora durante a crise política.
- 10 anos depois, a crise se agravou, e atingiu soberania e democracia.
- Aumentaram ameaças como a Lei 13.467/17, que institucionalizou a sindicatofobia e enfraqueceu o sindicalismo.
- A Reforma Trabalhista aprofundou desigualdades, desmantelou o Direito Coletivo e precarizou as condições de trabalho.
- Escândalos nos três poderes e crise ética alimentam desconfiança pública.
- Desinformação e manipulação ameaçam soberania e controle sobre recursos nacionais.

Objetivos e propostas:

- Fortalecer educação contra hegemônica e resistência sindical.
- Atualizar programa de defesa e consolidar a Carta de Luziânia.
- Intervir na eleição de 2026, exigindo compromisso com revisão de reformas regressivas.
- Exigir contrapartidas sociais na indústria 4.0, como redução de jornada e proteção ao trabalhador.
- Promover justiça de gênero, raça e renovação geracional na luta sindical.
- Celebrar conquistas como autonomia energética e projetos de sustentabilidade.
- Enfrentar ameaças desenvolvimento baseado na soberania, democracia e justiça social.

Apoio:

